

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê

Decreto



**DECRETO Nº 001/2018**

**DE 20 DE JULHO DE 2018.**

*Regulamenta as atividades dos Agentes de Trânsito, seus direitos, deveres, proibições, utilização do uniforme e dá outras providências.*

**O PREFEITO DE IRECÊ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Município de Irecê, decreta:

## **TÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

#### **DAS GENERALIDADES**

**Art. 1º** O cargo de Agente de Trânsito foi criado pela Lei de Municipal n.º 919/2011 de 05 de dezembro de 2011, com o intuito de exercer a fiscalização de trânsito, mediante prévia aprovação em concurso público.

**Art. 2º** A lotação dos servidores ocupantes do cargo de Agente de Trânsito é privativa na Autarquia Municipal De Trânsito.

## **TÍTULO II**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DE TRÂNSITO**

**Art. 3º** Compete aos Agentes de Trânsito:

- I. Garantir o interesse coletivo dos munícipes pelo exercício do poder de polícia administrativa no âmbito do município, executando as atividades de orientação, fiscalização e vistoria, emitindo notificações, convites e autos de infração, bem como aplicando as medidas administrativas previstas nos regulamentos e códigos normativos vigentes;
- II. Garantir o interesse coletivo dos munícipes pelo exercício do poder de polícia administrativa no âmbito do município, executando as atividades de orientação, fiscalização e vistoria, emitindo notificações e convites, lavrando auto de infrações, promovendo embargos, interdições, apreendendo materiais e equipamentos irregulares, demolindo obras irregulares ou com riscos de desabamento bem como, aplicando medidas administrativas de retenção e remoção;
- III. Garantir o cumprimento do que determina a legislação nas áreas de serviços públicos, meio ambiente, ordenamento da ocupação e do uso do solo e controle do trânsito e transporte, realizando de operações de trânsito e especiais;
- IV. Colaborar na execução de ações integradas de fiscalização com outros órgãos públicos fiscalizadores;
- V. Proceder as ações de vistoria, inspeção e fiscalização, no exercício de poder de polícia administrativa, lavrando notificações, autos de infrações e intimações, quando constatadas irregularidades, realizando embargos e interdições, apreensões, demolições, retenções e remoções, quando autorizadas e da forma disposta na legislação específica;

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



- VI. Subsidiar as áreas de fiscalização, organizando e disponibilizando dados e informações, instruindo processos e contribuindo para a formulação de políticas e diretrizes de controle das diversas matérias;
- VII. Apoiar os sistemas de controle da sua unidade de trabalho, registrando em relatórios e/ou processos todas as ações, inspeções e atividades praticadas;
- VIII. Contribuir para eficácia dos sistemas de custeio através do controle dos custos nas diversas etapas do seu processo de trabalho;
- IX. Garantir o cumprimento da legislação do trânsito e transporte público, orientando e fiscalizando a circulação de veículos, pedestres e animais, lavrando autos de infrações e aplicando as medidas administrativas previstas em normas e legislação;
- X. Exercer a fiscalização do sistema de trânsito e transporte público, operando o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle e os estacionamentos públicos, bem como vistoriando veículos que necessitem de autorização especial para transitar, e em situações especiais ou de emergência, providenciando a sinalização adequada e executando as medidas de reorientação do trânsito e do transporte público, autuando e aplicando medidas administrativas por infrações ocorridas;
- XI. Exercer a fiscalização garantindo o cumprimento das normas voltadas a obras e eventos que perturbem ou interfiram na circulação segura de veículos e pedestres, bem como sobre obstáculos ou elementos que gerem confusão na sinalização, autuando e aplicando medidas administrativas por infrações ocorridas;
- XII. Contribuir para melhoria da segurança e controle ambiental do trânsito, fiscalizando o peso, dimensão e lotação de veículos, o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos por veículos automotores ou por sua carga, autuando e aplicando medidas administrativas quando de infrações ocorridas, bem como dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local;
- XIII. Exercer a fiscalização garantindo o cumprimento das normas voltadas ao exercício das permissões no sistema de transporte público, controlando, disciplinando e fiscalizando o cumprimento das tarifas, ônibus, táxis e transportes especiais fazendo a retirada e ou substituição de veículos sem condições de operação e autuando por infrações ocorridas;
- XIV. Garantir a operacionalização dos módulos de transbordo do sistema de transporte público, estações, terminais e equipamentos, acompanhando a sua manutenção, controlando e organizando o fluxo de usuários;
- XV. Escoltar veículos de autoridades, em cortejos fúnebres, de cargas superdimensionadas, perigosas ou indivisíveis, nos limites do Município de Irecê, quando necessário;
- XVI. Desenvolver atividades de orientação, educação e fiscalização, quando da realização de eventos em datas comemorativas, orientando veículos, pedestres e ciclistas;
- XVII. Conduzir viaturas (duas ou quatro rodas) do órgão municipal de trânsito, desde que estejam autorizados e sejam habilitados para tal categoria.
- XVIII. Participar de estudos, cursos, seminários, simpósios e reuniões referentes ao trânsito no horário de serviço ou quando fora do horário, com a devida reposição dos dias em folga;

## CAPÍTULO II

### DO HORÁRIO DE TRABALHO DOS AGENTES DE TRÂNSITO

**Art. 4º** A carga horária de trabalho do Agente de Trânsito é de 36 horas semanais, divididas em turnos conforme escalas definidas pelo Órgão Municipal de Trânsito e conforme suas necessidades;

§ 1º Poderá haver permutas entre os agentes de turno desde que não traga prejuízo para o desempenho das atividades, devendo ocorrer por escrito no livro de acordo para análise do Gestor máximo do órgão.

§ 2º O interesse no trabalho antecipado para folgas ou concessão de folgas antecipadas e posterior reposição deverá ocorrer nos mesmos moldes do parágrafo anterior.

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



§ 3º As escalas de trabalho deverão ser divulgadas por turnos, mencionando os dias de trabalho e os locais de apresentação.

§ 4º Quando da necessidade de mudança de turno por parte da Administração, esta o fará com a comunicação prévia ao funcionário no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência.

§ 5º Quando houver a necessidade de mudança de turno por parte do agente, este fará uma solicitação por escrito, nos moldes do § 1º no prazo de até 10 (dez) dias para resposta.

§ 6º Nos casos de ameaça à integridade do agente, este informará por escrito ao órgão de trânsito, tendo assim sua solicitação de mudança uma tramitação mais célere.

## CAPÍTULO III

### DOS DIREITOS DOS AGENTES DE TRÂNSITO

**Art. 5º** São direitos dos agentes de trânsito, além dos já previstos na Lei Complementar nº 07/2004 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê:

- I. Requisitar informações sobre procedimentos de trabalho, denúncias feitas sobre sua pessoa, acompanhar o andamento de autos lavrados bem como estatísticas de suas notificações;
- II. Exercer suas atividades com imparcialidade e segurança;
- III. Saber com antecedência novas escalas de trabalho;
- IV. Solicitar orientações jurídicas e informar ao órgão competente via Departamento de Educação, Controle Operacional e Segurança, situações que envolvam os agentes na qualidade de autores, vítimas ou testemunhas em procedimentos policiais e judiciais;
- V. Apresentar sugestões aos Departamentos de Educação, Controle Operacional e Segurança;
- VI. Receber do órgão municipal de trânsito uniformes suficientes e outros materiais necessários e adequados ao bom desempenho da atividade;
- VII. Ter, durante o expediente, intervalo de até 30 (trinta minutos) de descanso, mediante aviso ao Centro de Operações de Trânsito, os agentes que desempenham suas funções em campo no monitoramento, conforme ato normativo;
- VIII. Quando em situação de perigo iminente, solicitar apoio aos demais colegas e/ou de policiais militares antes de realizar a atividade e revezar-se quando a frente de serviço necessitar;
- IX. Ter resguardado a sua identificação pessoal a quem venha solicitar informações de maneira extraoficial;
  - a) informações desta natureza somente podem ser solicitadas perante o órgão municipal de trânsito, por escrito e com motivos que as justifiquem, conforme o direito de petição, preservando assim o agente de possíveis ameaças e perseguições;
  - b) ressalvados os casos de conhecimento prévio por parte do agente da pessoa que o procura, e autorizado por ele, as informações como nome, telefone, local de trabalho ou outras informações que possam identificá-lo não deverão ser repassadas sob pena de responder pelas consequências que advierem;
  - c) havendo necessidade de esclarecimentos, o órgão de municipal de trânsito o fará por meio de Atos Normativos;

## CAPÍTULO IV

### DAS RECOMPENSAS DOS AGENTES DE TRÂNSITO E SUPERVISORES

**Art. 6º** A recompensa é o reconhecimento dos bons serviços prestados pelos agentes e supervisores de trânsito no desempenho das suas funções.

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



**Art. 7º** Além dos Incentivos Funcionais estipulados no art. 105 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê serão consideradas recompensas:

- I. O termo de elogio individual;
- II. O termo de elogio coletivo;

**Parágrafo único.** A concessão e o registro dos incentivos são prerrogativas do Senhor Superintendente e delegadas naquilo que for possível, ao chefe imediato.

## TÍTULO III

### DO UNIFORME E DEMAIS MATERIAIS FORNECIDOS

#### CAPÍTULO I

##### DO USO DO UNIFORME

**Art. 8º** A composição do uniforme dos Agentes de Trânsito é aquela definida pelo Órgão Municipal de Trânsito por intermédio de Ato Normativo.

**Art. 9º** O uso do uniforme é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva dos Agentes de Trânsito, contribuindo para a disciplina e para o bom conceito da categoria perante a opinião pública.

**Art. 10** É obrigação do Agente de Trânsito usar e zelar por seus uniformes e por sua correta apresentação em público.

**Art. 11** Não é permitido alterar as características do uniforme, nem emprestar partes dele para pessoas que não compõem o quadro de agentes de trânsito do órgão municipal, que possam ser confundidos como tal.

**Art. 12** É vedado ao Agente Municipal de Trânsito utilizar o uniforme fora do serviço quando afastado oficialmente das atividades por motivos de suspensão disciplinar, férias e licença de qualquer natureza, quando na inatividade, ou por qualquer outro motivo relevante determinado pela autoridade de trânsito.

**Art. 13** É obrigatório ao Supervisor de Trânsito o uso de uniforme idêntico ao dos Agentes Municipais de Trânsito, permitido, entretanto, algum detalhe que o possa diferenciar, como alguma inscrição no boné, crachá, luvas de ombro ou outro dispositivo enunciado em ato normativo.

**Art. 14** A perda ou dano causado a qualquer componente do uniforme deverá ser avisada ao departamento para que outro seja providenciado;

**Art. 15** O Superintendente poderá baixar atos complementares relativamente ao uso de uniforme por agentes de trânsito que estejam em atividades internas.

#### CAPÍTULO II

##### DOS AUTOS DE INFRAÇÃO PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

**Art. 16** As vias dos Blocos do Auto de Infração de Trânsito – AIT aplicadas pelos Agentes Municipais de Trânsito, no caso dessa ser de forma não eletrônica, serão distribuídas:

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



- a) 1ª via na Divisão de Processamento de Multas, para cadastro e arquivo;
- b) 2ª via ao condutor do veículo e,
- c) 3ª via ao Agente Autuador.

§ 1º Mediante solicitação do órgão, os agentes entregarão cópias dos seus autos para fins de conferência, solução de dúvida ou mesmo para garantir a autenticidade do auto de infração lavrado.

§ 2º Quando do uso de Talonários Eletrônicos, os registros serão realizados pela central de gerenciamento e processamento de AIT's, que fornecerá informações solicitadas para fim de autenticidade dos autos de infração lavrados.

**Art. 17** O Agente de Trânsito deverá comunicar ao Departamento de Controle Operacional e Segurança, o extravio ou inutilização do Bloco do Auto de Infração de Trânsito – AIT e/ou o Talonário Eletrônico e impressora, adotando as medidas legais pertinentes.

**Art. 18** Havendo necessidade de esclarecimentos sobre normas de preenchimento dos autos e equipamentos utilizados pelos Agentes, estes serão baixados mediante atos complementares.

## CAPÍTULO III

### DOS DEMAIS MATERIAIS FORNECIDOS

**Art 19** Os materiais ou equipamentos confiados ao Agente pelo órgão deverão ser utilizados com zelo e a entrega ou devolução dos mesmos, quando cautelados, deverá ocorrer mediante recibo.

§ 1º No caso de perda, dano provocado por terceiro, furto, roubo ou extravio em componentes importantes do uniforme, equipamentos e Bloco do Auto de Infração de Trânsito – AIT e/ou o Talonário Eletrônico e impressora, caso haja necessidade, deverão ser adotadas as medidas legais, como o registro de ocorrência policial.

§ 2º Deverão ser baixados atos normativos pelo Superintendente disciplinando a entrega de equipamentos e outros materiais aos agentes, substituição, devolução e as responsabilidades mediante termo de cautela e recibo de devolução com o propósito de resguardar não só o órgão como o agente de trânsito.

## TÍTULO IV

### DA DISCIPLINA E DAS ORDENS DE SERVIÇO

#### CAPÍTULO I

##### A HIERARQUIA E DISCIPLINA

**Art. 20** Entende-se por hierarquia a posição da autoridade e a subordinação em níveis diferentes, dentro da estrutura do organograma, de acordo com as leis e regulamentos pertinentes à Administração Pública.

**Parágrafo único.** A posição hierárquica disciplinar obedece a seguinte escala decrescente dentro da Superintendência de Trânsito e Mobilidade - STM:

- I. Superintendente;
- II. Diretor de Trânsito e Transportes;
- III. Supervisor de Trânsito;

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



## IV. Agente de Trânsito

**Art. 21** A disciplina se define como a observância e o acatamento voluntário às leis, aos regulamentos, às normas traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos bem como os preceitos estabelecidos pelas autoridades competentes cuja finalidade é direcionar os procedimentos para a ordem da equipe.

**Parágrafo único.** São manifestações da disciplina:

- I. O cumprimento das determinações superiores, desde que legais;
- II. A correção de atitude quando inadequada e em desacordo com as normas legais;
- III. O cumprimento das leis e dos regulamentos desde que atendam aos princípios da Administração Pública.

**Art. 22** Cabe ao superior a inteira responsabilidade pelas ordens que der e pelas consequências que dela advirem bem como cabe ao subordinado, ao receber uma ordem, solicitar os esclarecimentos necessários ao total entendimento e compreensão.

**Art. 23** Cabe ao executante que exorbitar no cumprimento de ordem recebida a responsabilidade pelos excessos e abusos que cometer.

## CAPÍTULO II

### DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

**Art. 24** São deveres dos Agentes de Trânsito:

- I. Tratar com respeito, cordialidade e urbanidade o munícipe/infrator, o cidadão comum, os superiores e colegas de trabalho.
  - a) aos Supervisores de Trânsito compete também incentivar e manter a harmonia do grupo de trabalho;
- II. Assinar folha de frequência no local e horário estabelecido pelo órgão municipal de trânsito, preferencialmente nos postos avançados;
- III. Apresentar-se em local determinado para o cumprimento do serviço ou missão, conforme a escala;
- IV. Cumprir as determinações de serviço estabelecidas por seus superiores e quando não cumpridas, comunicar a seu superior imediato, apresentando o (s) motivo (s) em forma de relatório datado e assinado;
- V. Usar uniforme fornecido pelo órgão municipal de trânsito com identificação pessoal e ter asseio com o mesmo, mantendo a aparência bem cuidada, completa e devidamente ajustada;
- VI. Informar ao supervisor ou chefe imediato os problemas mais pertinentes de sua área de trabalho;
- VII. Permanecer no posto ou área de serviço dentro do período estabelecido na escala;
  - a) poderá o supervisor deslocar o agente quando entender não haver mais a necessidade da permanência naquele local. (ex.: final de feira e eventos);
  - b) poderá o agente, por necessidade fisiológica se ausentar do posto, mediante aviso ao superior;
  - c) havendo outro motivo relevante como risco à integridade física ou necessidade do serviço (controle de tráfego, acidente, auxílio a um colega), poderá o agente se ausentar momentaneamente do seu posto de trabalho, mediante aviso;
  - d) caso seja necessário ausentar-se em parte ou todo o período ainda a ser trabalhado, o agente deverá solicitar junto ao seu supervisor a sua liberação;

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



- VIII. Manter a higiene pessoal e os cuidados necessários quanto à maquiagem leve e cabelos presos, se longos, quando se tratar de agentes do sexo feminino; e cabelos preferencialmente curtos, barba e bigode aparados, aos agentes do sexo masculino.

**Parágrafo único.** Os agentes de trânsito do sexo masculino que possuírem cabelos longos, poderão usá-los desde que estejam presos e sob o boné.

- IX. Receber o material fornecido para o bom desempenho da atividade, como capa de chuva, blocos de multa e rádio e utilizá-los, sempre que necessário;
- X. Comunicar falta ou irregularidade que presenciar ou que tiver conhecimento no horário de serviço a quem tenha competência para tomar as providências como tampas de galerias abertas, buracos, semáforos desligados, colisões, ausência de sinalização de trânsito de qualquer tipo, manifestações capazes de prejudicar o trânsito etc.
- XI. Zelar de materiais ou equipamentos que lhe forem confiados relatando qualquer anormalidade constatada.

**Art. 25** Ficam os agentes de trânsito proibidos:

- I. Falar ao celular de pessoas cujo veículo esteja sendo objeto de fiscalização, de outros ocupantes ou mesmo de pessoas que possam tentar interferir no trabalho do agente;
- II. Fumar no posto de serviço, salvo se estiver de folga e devidamente descaracterizado;
- III. Usar fones de ouvido e similares que provoquem distração no serviço;
- IV. Usar “*piervings*” e adornos que possam prejudicar a apresentação pessoal e para os agentes do sexo masculino, usar brincos, quando em serviço;
- V. Exercer atividades alheias às funções do cargo na área ou posto de serviço;
- VI. Escorar nos veículos, sentar em muretas, logradouro público ou em equipamentos auxiliares de sinalização, quando estiver uniformizado;
- a) no horário de descanso o agente deverá se descaracterizar retirando pelo menos o boné e o colete refletivo;
- VII. Provocar discussões, gestos indecorosos, proferir ou revidar palavras que ofendam a moral e os bons costumes;
- a) manter discussões sobre questões de serviço ou problemas particulares na presença de condutores ou de outras pessoas;
- b) os superiores também não podem advertir os agentes de maneira constrangedora em público ou mesmo via rádio, devendo ser feita de maneira particular.
- VIII. Usar de ação física contra qualquer pessoa estando em serviço ou uniformizado, salvo quando agir em legítima defesa própria ou de terceiros;
- IX. Permutar serviço sem autorização;
- X. Consumir bebidas alcoólicas, substâncias entorpecentes e afins durante o serviço ou estando uniformizado em local público ou mesmo apresentar-se para o serviço estando visivelmente sob os efeitos das mesmas;
- XI. Assumir compromissos de trabalho em nome de superiores;
- XII. Prestar informações falsas ou inserir informação em documentos sabendo ser falsa capaz de induzir alguém a erro;
- XIII. Dirigir viatura do órgão de trânsito sem autorização, salvo em situações emergenciais e que posteriormente deverão ser comprovadas;
- XIV. Dirigir veículos da órgão de trânsito não sendo habilitado ou estando com a CNH ou permissão vencida, CNH suspensa ou cassada;
- XV. Concorrer para a discórdia entre os colegas de serviço durante as atividades espalhando boatos tendenciosos capazes de afetar a harmonia da equipe;
- XVI. Deixar durante o expediente de maneira injustificada de prestar auxílio no desempenho da função para trabalhar em conjunto ou como forma de revezamento.



# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



## TÍTULO V

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art 26** São competentes para a aplicação das penalidades previstas neste regulamento as seguintes autoridades:

- I. O Prefeito Municipal, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria;
- II. O Superintendente de Trânsito, no caso de suspensão superior a trinta dias;
- III. O Diretor de Trânsito e Transportes, nos casos de advertência escrita e suspensão de até trinta dias;
- IV. O Supervisor de Trânsito, no caso de advertência verbal.

**Parágrafo único.** Na ausência da autoridade competente para a aplicação das penalidades previstas neste regulamento, a mesma faz-se a pela superior sem prejuízo ao seu efeito.

**Art. 27** Constituem infrações disciplinares além das ações ou omissões especificadas neste regulamento, as que atentem contra a honra pessoal, o pudor do servidor, o decoro da classe e as enunciadas em leis superiores.

**Art. 28** As infrações disciplinares deste regulamento são classificadas segundo sua intensidade em:

- I. Advertência verbal;
- II. Advertência escrita;
- III. Suspensão em até (30) trinta dias;
- IV. Suspensão de 31 (trinta e um) a 90 (noventa) dias;
- V. Demissão;
- VI. Cassação de aposentadoria.

#### CAPÍTULO II

##### DO JULGAMENTO DAS VIOLAÇÕES DAS NORMAS DE CONDUTA

**Art. 29** O processo administrativo disciplinar, em todas as suas fases, seguirá as regras da Lei Complementar nº 07/2004 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê, assim como transgressões tipificadas na mesma norma, o direito de petição e a competência para a aplicação das penalidades.

**Parágrafo único.** A aplicação das penalidades disciplinares não exime o Agente de Trânsito da responsabilidade civil e penal que lhe couber, conforme o art. 194, do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê.

**Art. 30** No julgamento das infrações disciplinares tipificadas nesse regulamento deverão ser levadas em consideração se há causas que as justifiquem.

**Parágrafo único.** A infração disciplinar será justificada:

- I. Quando cometida por motivo de força maior plenamente comprovado, a bem do serviço ou para manter a ordem pública;



# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



- II. Quando cometida em legítima defesa, própria ou de outrem;
- III. Quando cometida em obediência à ordem de superior;
- IV. Em ação de solidariedade humana, plenamente comprovada;
- V. Quando ficar comprovada que os meios oferecidos eram insuficientes para a execução da atividade.

**Art. 31** Na aplicação das penalidades, além das estabelecidas neste artigo, deverão ser levadas em consideração as situações enunciadas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê.

§ 1º São circunstâncias atenuantes das infrações disciplinares:

- I. a boa conduta;
- II. relevantes serviços prestados;

§ 2º São circunstâncias agravantes das infrações disciplinares:

- I. prática simultânea de duas ou mais infrações;
- II. reincidência;
- III. o conluio de duas ou mais pessoas;
- IV. com abuso de autoridade.

§ 3º No concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, prevalecerá sempre o critério que mais beneficiar o agente, levando em consideração em primeiro lugar as atenuantes.

## CAPÍTULO III

### DA ADVERTÊNCIA VERBAL

**Art. 32** A advertência verbal é uma modalidade de pena disciplinar mais leve, o superior admoestará o infrigente em caráter particular sem que haja necessidade de instauração do processo disciplinar.

§ 1º Considerar-se-á reincidente o agente que for advertido verbalmente por mais de 3 (três) vezes durante um período de 60 (sessenta) dias;

§ 2º A penalidade de advertência verbal não terá registro no assentamento do funcionário mas será reduzida a termo para efeito de comprovação ou não da reincidência;

§ 3º A infração deverá ser tipificada contendo o histórico, as circunstâncias e a violação cometida;

§ 4º O agente deverá ter conhecimento da penalidade para dela se defender.

## CAPÍTULO IV

### DAS DEMAIS PENALIDADES

**Art. 33** As demais penalidades, procedimentos adotados, penas e o seu processamento estão regulamentadas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê.

**Art. 34** Além dos casos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê passíveis de pena de advertência por escrito, ficam acrescidos os casos normatizados por este regulamento e os casos do § 1º do art. 32.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á reincidente o agente que for advertido por escrito por mais de 2 (duas) vezes durante um período de 90 (noventa) dias.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES FINAIS

# Superintendência de Trânsito E Mobilidade de Irecê



**Art. 35** Os casos omissos serão resolvidos pelo Senhor Superintendente, observando o Regimento Interno do Órgão Municipal de Trânsito - Superintendência de Trânsito e Mobilidade de Irecê, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Irecê, a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal.

**Art. 36** Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra -se. Publica -se. Cumpra -se.

---

Superintendente da Superintendência Trânsito e Mobilidade  
Sr. Ronaldo Miron Dourado